



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio Grande do Sul
1ª Vara Federal de Porto Alegre

Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, 600, 6º andar, Ala Sul - Bairro: Praia de Belas - CEP:
90010-395 - Fone: (51)3214-9115 - www.jfrs.jus.br - Email: rscoa01@jfrs.jus.br

AÇÃO CIVIL PÚBLICA Nº 5030568-38.2019.4.04.7100/RS

AUTOR: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO

RÉU: PHILIP MORRIS INTERNATIONAL

RÉU: PHILIP MORRIS BRASIL S/A

RÉU: PHILIP MORRIS BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.

RÉU: BRITISH AMERICAN TOBACCO PLC

RÉU: SOUZA CRUZ S/A

DESPACHO/DECISÃO

Nos termos da decisão do evento 17, vieram conclusos os autos para decisão acerca das seguintes questões:

a) validade da citação das empresas estrangeiras British American Tobacco PLC ("BAT") na sede da controlada Souza Cruz Ltda., e da empresa Philip Morris International ("PMI") na sede das controladas Philip Morris Brasil Indústria e Comércio Ltda. ("PMB Ltda.") e Philip Morris Brasil S/A. ("PMB S/A"), na forma do art. 75, X, § 3º, do CPC, conforme determinado na decisão do evento 3, considerando que as subsidiárias nacionais se recusaram a receber as cartas de citação remetidas às empresas estrangeiras (evento 7 AR1 e evento 11 AR1), e à necessidade de expedição de carta rogatória para tal finalidade (art. 237, II, do CPC);

b) concessão do prazo mínimo de 90 dias para a contestação; e

c) determinação de emenda à inicial e posterior devolução do prazo para contestar considerando a juntada de "documentos redigidos em língua estrangeira sem a correspondente tradução juramentada e/ou em versões ilegíveis acostados à inicial".

Quanto à **validade da citação** postal das empresas estrangeiras através das subsidiárias nacionais integrantes do mesmo grupo econômico há que se ter em conta os valores em conflito: o direito da empresa estrangeira à efetiva ciência do processo, que assegure

a efetiva possibilidade de nele oferecer ampla defesa; e o direito que tem a aquele que contra ela litiga no país de efetuar a sua citação em prazo razoável sem o exercício desnecessário de atividades processuais.

Na hipótese, os dados externalizados destacados pela parte-autora, tanto na inicial quanto na manifestação do evento 29 PET1¹ (e anexos dos eventos 29 e 35), indicam que as rés integram dois grupos econômicos de atuação global e que as controladas brasileiras atuam no país como estabelecimentos operacionais de suas controladoras indiretas finais (a British American Tobacco PLC. e a Philip Morris International Inc.) e desenvolvem a atividade-fim destas em solo nacional (fabricação e comercialização de cigarros) de forma coordenada, a partir de uma cadeia hierárquica de comando com origem nas matrizes estrangeiras. Nesse cenário, de atuação coordenada segundo um planejamento global de negócios, conclui-se que as empresas estrangeiras podem ter efetiva ciência do processo através das suas subsidiárias nacionais, sem que isso implique prejuízo às suas defesas, sendo inadequado impor à parte-autora a adoção de todas as medidas relacionadas à expedição de carta rogatória para cientificá-las.

Ante a mencionada realidade fática, na decisão do evento 3, em que deferida a citação postal das empresas estrangeiras na sede das subsidiárias nacionais Souza Cruz Ltda. e Philip Morris Brasil Indústria e Comércio Ltda. e Philip Morris Brasil S/A, não foi utilizada a denominação restrita constante no § 3º do inciso X do art. 75 do CPC ("*filial, agência ou sucursal aberta ou instalada no Brasil*"), adotando-se uma interpretação extensiva, na esteira do decidido pela 4ª Turma do STJ no REsp 1168547/RJ (que admite que a citação se opere no estabelecimento da pessoa jurídica estrangeira no Brasil qualquer que seja a denominação e situação jurídica formal deste estabelecimento no país).

Não obstante haja divergência a respeito da matéria entre a 4ª Turma (REsp 1168547/RJ) e a 3ª Turma (REsp 1708309/SP) do STJ, estando pendente de apreciação pela 2ª Seção os Embargos de Divergência no Recurso Especial interpostos (EResp 1708309/SP), a Corte Especial do STJ, em 20/11/2019, no julgamento da Homologação de Decisão Estrangeira nº 410 - EX 2017/0061034-6 (Rel. Min. Benedito Gonçalves), respaldou a interpretação adotada na presente demanda ao referir, consoante excertos da ementa abaixo transcritos, que:

"(...)

9. *As pessoas jurídicas em geral são representadas em juízo "por quem seus atos constitutivos designarem ou, não havendo essa designação, por seus diretores" (art. 75, VIII, do CPC).*

10. *Com o fim de facilitar a comunicação dos atos processuais às pessoas jurídicas estrangeiras no Brasil, o art. 75, X, do CPC prevê que a pessoa jurídica estrangeira é representada em juízo "pelo gerente, representante ou administrador de sua filial, agência ou sucursal aberta ou instalada no Brasil" e o parágrafo 3º do mesmo artigo estabelece que o "gerente de filial ou agência presume-se*

autorizado pela pessoa jurídica estrangeira a receber citação para qualquer processo".

11. Considerando-se que a finalidade destes dispositivos legais é facilitar a citação da pessoa jurídica estrangeira no Brasil, tem-se que as expressões "filial, agência ou sucursal" não devem ser interpretadas de forma restritiva, de modo que o fato de a pessoa jurídica estrangeira atuar no Brasil por meio de empresa que não tenha sido formalmente constituída como sua filial ou agência não impede que por meio dela seja regularmente efetuada sua citação.

12. Exigir que a qualificação daquele por meio do qual a empresa estrangeira será citada seja apenas aquela formalmente atribuída pela citanda inviabilizaria a citação no Brasil daquelas empresas estrangeiras que pretendessem evitar sua citação, o que importaria concordância com prática processualmente desleal do réu e imposição ao autor de óbice injustificado para o exercício do direito fundamental de acesso à ordem jurídica justa.

13. A forma como de fato a pessoa jurídica estrangeira se apresenta no Brasil é circunstância que deve ser levada em conta para se considerar regular a citação da pessoa jurídica estrangeira por meio de seu entreposto no Brasil, notadamente se a empresa estrangeira atua de fato no Brasil por meio de parceira identificada como representante dela, ainda que não seja formalmente a mesma pessoa jurídica ou pessoa jurídica formalmente criada como filial. (...)" (destaquei)

(HDE 410/EX, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, CORTE ESPECIAL, julgado em 20/11/2019, DJe 26/11/2019)

Assim, afigura-se válida a citação realizada, impondo-se a abertura do prazo para a contestação com a intimação das rés Souza Cruz Ltda., Philip Morris Brasil Indústria e Comércio Ltda. e Philip Morris Brasil S/A acerca da presente decisão.

Quanto à dilação do prazo para a contestação, registre-se que mencionado prazo já foi ampliado para o dobro na decisão do evento 3, face à "complexidade da demanda, extensão da inicial e expressiva quantidade de documentos a ela anexados", atentando aos princípios do contraditório e ampla defesa e para "conferir maior efetividade à tutela do direito", nos termos do art. 139, VI, do CPC. Referido prazo é acrescido faticamente, ainda, na hipótese, pelos próprios trâmites processuais. Tanto é assim que as correspondências relativas à citação foram recebidas e recusadas no início de agosto de 2019, e até o momento, ante as particularidades do caso, não foi reaberto o prazo para contestação no sistema, dispondo as rés, na prática, de prazo muito superior ao deferido nos autos para a análise do feito e formulação adequada da defesa.

No que atine à juntada de documentos sem tradução juramentada e ilegíveis ou de difícil visualização com a inicial, cumpre registrar que tais providências dizem respeito ao ônus da prova e, acaso dele não tenha se desincumbido a parte-autora, em desfavor dela será a decisão, ante o ônus da prova do fato constitutivo do direito que lhe é atribuído. Assim, deixo de determinar a emenda requerida.

Em face do exposto:

a) considero válida a citação postal das empresas estrangeiras realizada no feito. Assim, já efetivada a citação de todas as empresas integrantes do polo passivo, determino a respectiva intimação para apresentarem contestação no prazo de 30 dias;

b) indefiro a dilação do prazo para a contestação, mantendo os 30 dias deferidos na decisão do evento 3; e

c) indefiro a determinação de emenda à inicial.

Intimem-se.

Documento eletrônico assinado por **GRAZIELA CRISTINE BÜNDCHEN, Juíza Federal Substituta**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 4ª Região nº 17, de 26 de março de 2010. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php>, mediante o preenchimento do código verificador **710010203779v40** e do código CRC **e7676050**.

Informações adicionais da assinatura:

Signatário (a): GRAZIELA CRISTINE BÜNDCHEN

Data e Hora: 4/2/2020, às 0:40:15

1. Que vão, exemplificativamente, desde as referências (inclusive quanto à estrutura da governança corporativa), fotos e ilustrações que aparecem nos sites das empresas, aos dados relativos às empresas nacionais constantes nos relatórios anuais das atividades das empresas estrangeiras destinados aos investidores destas (que compreendem as ações submetidas à jurisdição brasileira), e à representação das empresas brasileiras, em recentes audiências públicas realizadas na ANVISA a respeito dos dispositivos eletrônicos para fumar, nas quais a Souza Cruz e PMB foram representadas por pessoas vinculadas às matrizes estrangeiras (BAT e PMI).

5030568-38.2019.4.04.7100

710010203779 .V40